

*8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Abril de 2010*

ACTA

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências

2.1. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. Apreciação da Proposta de Acta da Reunião de 31.03.2010

Ponto 4. **CULTURA**

. 13.ª SEMANA DO LIVRO E DA CULTURA

- Programa

Ponto 5. **CULTURA**

. APOIOS AO INVESTIMENTO

- 2010 (1)

Ponto 6. **DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

. APOIOS AO INVESTIMENTO

- 2010 (1)

Ponto 7. **RECURSOS HUMANOS – ESTÁGIO PROFISSIONALIZANTE**

. Agrupamento de Escolas de Soure

- Curso de Educação e Formação - Instalação e Reparação de Computadores

***8.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Abril de 2010***

Ponto 8. **APRECIÇÃO DO INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES
PATRIMONIAIS//2009**

Ponto 9. **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE
CONTAS//2009**

Ponto 10. *Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09.*

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

***8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Abril de 2010***

O Senhor Presidente deu início à reunião, concedendo de imediato a palavra aos Senhores Vereadores.

O Senhor Vice-Presidente Dr. Santos Mota referiu que: “estive presente na Assembleia da República, em representação do Presidente da Associação de Desenvolvimento de Terras de Sicó, no âmbito da promoção e divulgação dos produtos endógenos da Sub-Região do Sicó.

No dia 18 de Abril, recebi no Salão Nobre da Câmara Municipal, uma grande comitiva de Paleão, no âmbito de uma iniciativa sócio/desportiva, organizada pelo Norte e Soure - Centro Social Cultural e Desportivo de Paleão.

Nesse mesmo dia, representei o Senhor Presidente da Câmara na festa comemorativa do 29.º Aniversário da Associação Cultural Recreativa e Desportiva dos Simões.

Ainda no dia 18 de Abril, estive no Centro Cultural dos Bonitos, Casal dos Pedros e Casais da Misericórdia, num convívio/festa com a comunidade local.”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “na área da Educação, mais concretamente na vertente do Serviço de Apoio à Família, Serviço de Refeições, a pedido de alguns pais e também do próprio Centro Paroquial da Granja do Ulmeiro, preparámos as instalações para que os alunos do 1.º Ciclo passassem a almoçar na própria Escola, uma vez que há uma sala polivalente e um espaço de apoio para acolher as refeições.

No âmbito da política de proximidade e na área da Cultura, no dia 17 de Abril, estive presente, em representação do Senhor Presidente da Câmara, nas Comemorações do 31.º Aniversário da Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Casal do Redinho. Tive também a oportunidade de assistir à apresentação pública da Escola de Música da Associação do Casal do Redinho.

No dia 18 de Abril, estive presente com o Senhor Presidente da Câmara, nas Comemorações do 66.º Aniversário do Grupo Musical Gesteirense.

No âmbito do Programa Integrado de Promoção da Leitura, já está a decorrer, na Biblioteca Municipal, a acção “*Capuchinho Vermelho... do Campo até à Serra...*”, dedicada ao Ano Internacional da Biodiversidade, uma iniciativa das Nações Unidas que pretende celebrar a vida na terra. Como sempre, esta acção realiza-se em articulação com as Escolas do 1.º Ciclo e dos Jardins de Infância. Trata-se de uma viagem ao Concelho de Soure onde se aborda a Biodiversidade, destacando-se o

**8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Abril de 2010**

Vale do Pranto, o Paúl da Madriz e a Serra do Sicó. Os cenários por onde as crianças passam até chegar à Sala do Conto foram construídos pelos Técnicos da Biblioteca Municipal.”

O Senhor Vereador Américo Nogueira referiu que: “no dia 18 de Abril, estive presente, com o Senhor Vereador Mário Jorge Nunes, em representação do Senhor Presidente da Câmara, no Convívio de Pesca, organizado pela Associação Regional do Centro de Caça e Pesca de Vila Nova de Anços.

No dia 17 de Abril, estive também presente, em representação do Senhor Presidente da Câmara, no almoço convívio do 31.º Aniversário da Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Casal do Redinho. Ainda no âmbito das Comemorações deste Aniversário, no dia 11 de Abril, realizou-se o 1.º Raid BTT, designado por Trilhos do Paúl da Madriz. Esta iniciativa e a sua organização foram bastante elogiadas pelos participantes, cerca de 150.”

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências

2.1. Licenciamento de Obras Particulares

Foi tomado conhecimento do(s) licenciamento(s) de obras particulares verificado(s) no período decorrido entre a última reunião e a de hoje. -----

Ponto 3. Apreciação da Proposta de Acta da Reunião de 31.03.2010

Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de Acta. -----

Ponto 4. CULTURA

. 13.ª SEMANA DO LIVRO E DA CULTURA

- Programa

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “este ano realiza-se a 13.ª Semana do Livro e da Cultura com uma estrutura programática habitual. Há um conjunto concreto de vinte acções diversificadas, como sempre também dirigidas, quer ao público em geral, quer de uma forma especial ao público escolar, do Pré-Escolar ao Ensino Secundário. Os objectivos estão bem definidos e

**8.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Abril de 2010**

destacava o continuarmos a contribuir para o prazer de ler, o envolvimento cultural de toda a comunidade do Concelho, o procurarmos reforçar, no Plano Cultural e Educativo, a coesão Concelhia e dar visibilidade positiva às Escolas do Concelho. Haverá um envolvimento directo, quer das Escolas, quer dos Grupos Culturais e Grupos no âmbito da Acção Social. Há acções também direccionadas para o currículo ao nível de diferentes anos de Escolaridade, designadamente, através de sessões de Teatro, uma dedicada a uma obra de Almeida Garrett, leccionada no oitavo ano, outra aos *Maias* de Eça de Queiroz, leccionada no Ensino Secundário. Há uma preocupação em articular as acções com o currículo escolar, para que sirvam de estímulo aos alunos e professores e que possam complementar o seu programa educativo em contexto de sala de aula.

Haverá o contacto dos alunos com o Escritor José Fanha.

Na Sexta-feira, ocorrerá a apresentação do Livro *“Histórias a Amarelo e Preto”* de Jorge Varanda.

Como habitualmente, teremos a participação activa das Actividades de Enriquecimento Curricular, também uma forma de dar visibilidade a estas acções. Todas elas terão o seu espaço, a Actividade Física e Desportiva, através do “Soure em Movimento”, o Inglês e a Música através duma Exposição e de um Espectáculo Musical conjunto.

Destaque para a Feira do Livro que este ano será no Espaço Multiusos - Soure 1111. Iremos mudar para este espaço que será também palco das diversas acções, inclusivamente, do Concerto de Sábado à noite.

No Domingo, ocorrerá a Feira à Moda à Antiga que é, efectivamente, o exemplo da coesão cultural do Concelho para a qual contamos com a participação de inúmeras Instituições, designadamente de Grupos de Folclore, de Acção Social, Escolas e Grupos de Teatro.

O que se pretende, mais uma vez, é celebrar a Cultura nas suas diferentes vertentes, com a participação activa, quer da área Educativa, quer Cultural do Concelho.”

O Senhor Presidente referiu que: “esta é uma proposta de programa muito bem estruturada, que tem condições para que sejam atingidos os objectivos que lhe estão subjacentes... Importará ainda que se realce o facto desta iniciativa, ainda que predominantemente cultural e de uma forma redutora direccionada à leitura, a verdade é que é já, talvez, a terceira com maior dimensão concelhia, nos mais diversos domínios.... Neste momento, quer se queira, quer não, ela é, constitui já um verdadeiro factor de consolidação da coesão concelhia porque o conjunto das

**8.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Abril de 2010**

O Senhor Presidente referiu que: “a ambiência legal aplicável determina/obriga a que o Município tenha que apreciar o Inventário, que é o conjunto dos seus Bens e Direitos - elementos Patrimoniais Activos - e das suas Obrigações - elementos Patrimoniais Passivos -.

Observe-se que este Inventário diz apenas respeito aos Bens Móveis e Imóveis Municipais, uma vez que os Direitos e as Obrigações constam do Balanço que integra os Documentos de Prestação de Contas.

Releve-se também que se trata de um trabalho de natureza exclusivamente técnica, em que nos dizem, no fundo, quais são os Bens Móveis e Imóveis Municipais, qual é o seu valor, evidentemente de acordo com os critérios de valorização contabilística que decorrem da Lei.

Refira-se que não obstante as amortizações efectuadas no exercício de 2009, ainda assim, o valor global do Inventário é superior ao do exercício económico de 2008.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de Inventário apresentada. -----

Esta proposta irá ser submetida à Assembleia Municipal. -----

Ponto 9. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS//2009

O Senhor Presidente referiu que: “quando falamos de Documentos de Prestação de Contas estamos a falar do Balanço, da Demonstração de Resultados, dos Mapas de Execução Orçamental e do Relatório de Gestão...

- Balanço - apresenta um Activo Líquido no valor global de 50.892.688,80 euros, os Fundos Próprios com o de 31.577.930,12 euros... Estes valores revelam claramente que o total do activo líquido cresceu \approx 2.300.000,00 euros e que os Fundos Próprios cresceram 1.500.000,00 euros... Constata-se também que o Passivo voltou a diminuir...

- Demonstração de Resultados - apresentamos um Resultado Líquido no valor de 1.379.254,67 euros... Assim, desde que entrou em vigor o POCAL, em 2002, é o oitavo ano consecutivo em que é apresentado um Resultado Líquido positivo, sendo que o de 2009 é um dos melhores...

- Quadro Resumo de Execução Orçamental - a Receita prevista para Venda de Bens de Investimento destinava-se apenas a dar cobertura às Dívidas a Credores que não a Banca... Assim, constata-se que em 100% da Receita, 85,6% era a Receita prevista... nós, em 85,6%, temos um Grau de Execução de 78,42%, isto é, em bom rigor, o nosso Grau de Execução Orçamental é de 91,61%...

***8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Abril de 2010***

Comparando o Exercício de 2009 com o de 2008, constata-se um acréscimo, quer da Despesa, quer da Receita, de $\approx 2.500.000,00$ euros... Em 2008 a Despesa Corrente tinha um peso relativo de 67,5%, agora, em 2009, não chega aos 57%!!!... Em 2008 a Despesa de Capital tinha um peso relativo de 32,4%, agora, em 2009, 43%, isto é, fizémos mais de 2.500.000,00 de Despesa Pública, sendo que a Despesa de Capital, comparada com a do ano anterior, aumentou o seu peso relativo em mais de 10%... Por outro lado, se compararmos a Despesa Corrente com a Receita Corrente verificamos que, mais uma vez, a Receita Corrente, não obstante ainda termos mantido em 2009 Tarifários e Taxas muito baixas, mesmo assim, quando compararmos com a Despesa Corrente realizada, "libertou" mais de 800.000,00 euros para investimento... Assim, continuámos a consolidar a auto-suficiência orçamental!!!... Refira-se também que nas Despesas Correntes "que contabilisticamente são Correntes..." se pensarmos nas Despesas com Pessoal afectas, por exemplo, as áreas de Águas, Esgotos, Alcatroamentos, ou seja nas Obras realizadas por Administração Directa nesses domínios, constata-se que há pelo menos 1.500.000,00 euros de Despesa Corrente contabilística, que, de facto, é Despesa de Investimento... isto significa que a libertação de meios provenientes das Receitas Correntes, mesmo com uma evolução normal da cobrança de Impostos Locais, acabou por configurar um quadro de reforço da consolidação da auto-suficiência orçamental...

O peso das Despesas com o Pessoal no conjunto da Despesa Pública, em 2008, foi de 37,9%, agora, em 2009, baixou para 32,9%...

Em 2008, o valor total das Despesas Correntes realizadas foi de 8.163.000,00 euros... em 2009, foi de 8.297.000,00 euros, isto é, as Despesas Correntes aumentaram 133.000,00 euros, ou seja 1,6%... Só o aumento das Despesas com o Pessoal decorrente do acréscimo salarial aplicável aos vencimentos foi de $\approx 120.000,00$ euros... significa que conseguimos diminuir praticamente todas as outras Despesas Correntes, uma vez que o somatório do atrás aludido acréscimo salarial com outros aumentos "legalmente impostos" foi de $\approx 200.000,00$ euros, valor este bem superior aos 133.000,00 euros de acréscimo das Despesas Correntes.... A contenção foi assim, em 2009, mais do que evidente!!!...

Continua também a ser visível a nossa aposta na descentralização... vale a pena aproveitar o dinamismo da sociedade civil, das nossas Instituições nos mais diversos domínios, apoiá-las e aproveitar esses apoios para que daí resulte um efectivo efeito multiplicador dos recursos...

Nas Despesas de Capital, na Rubrica 08, Transferências de Capital, verifica-se o seguinte: para as Juntas de Freguesia foram transferidos 128.805,01 euros, para outras Instituições, da Cultura, do Desporto e Tempos Livres, da Acção Social...

***8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Abril de 2010***

com um valor de 851.177,27 euros... Nas Transferências Correntes para as Juntas de Freguesias 12.600,00 euros e para as outras 188.244,53 euros... Assim, um valor de praticamente 1.250.000,00 euros de Transferências, tradução concreta na aposta na descentralização... Em termos comparativos e absolutos, em 2008, tínhamos transferido para as Juntas de Freguesia sob a forma de Receitas de Capital 54.000,00 euros... em 2009, 128.000,00 euros... para outras Instituições, em 2008 - 820.000,00 euros, em 2009 - 851.000,00 euros...

Para as Juntas de Freguesia, isto é tanto mais significativo, quanto importará que relembremos o seguinte: a partir de 2005, mudámos a nossa estratégia descentralizadora no relacionamento com as Juntas de Freguesia... O Município de Soure foi talvez dos primeiros do País, quando ainda não havia legislação expressa de suporte, a “inventar” Protocolos com base nos quais delegava nas Juntas de Freguesia a realização de acções que eram competência da Câmara Municipal... Fomos aprendendo, sendo que enquanto muitos Concelhos estão agora a fazê-lo, nós deixámos de o fazer porque concluímos que tratar as Juntas de Freguesia por igual, quer as que se revelavam mais dinâmicas, mais preocupadas com os Municípes, quer as que se revelavam menos dinâmicas, era claramente uma discriminação do dinamismo em favor do adinamismo, da preocupação social em favor da negligência social... por isso substituímos essa forma de apoio às Juntas de Freguesia... Agora as Juntas de Freguesia apresentam propostas concretas para o acolhimento da delegação de competências... nós acarinhamo-las e estimulamo-las... por isso é que, com outras regras, o valor transferido acaba por ter a expressão que aqui se constata... Por exemplo, uma Junta de Freguesia propõe-se a fazer uma Casa Mortuária e nós apoiamos esse investimento em concreto.

- Despesas com Pessoal - Não podemos realizar as Despesas com Pessoal que entendemos... existem limites legais!!!... por exemplo: o Estado determina que a massa salarial cresça 1%... 1% é o aumento justificado... a taxa do encargo patronal com a Segurança Social deixa de ser 12% e passa a ser 14%... isso também é um aumento justificado... contratamos Professores para dar aulas de Expressão Físico Motora, isso é um aumento justificado... houve mais Funcionários doentes, aumentaram as Despesas em ADSE, isso é um aumento justificado... ou seja, as Despesas com Pessoal de um qualquer Município, em cada ano, actualmente estão muito restringidas porque não podem ser superiores às do ano anterior, com os chamados aumentos justificados!!!... Nós não temos nenhum aumento não justificado... pelo contrário, se somarmos as Despesas com Pessoal do ano anterior e se as compararmos com as de 2009, verificamos que a diferença é inferior aos aumentos justificados, ou seja, no fundo elas foram inferiores ao limite máximo!!!...

***8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Abril de 2010***

No quadro das Despesas com Pessoal, aumentos justificados... dos 206.245,00 euros, 120.352,00 euros foi o aumento resultante da actualização dos vencimentos dos Funcionários Públicos; 4.553,00 euros foi o aumento resultante da delegação de competências da Administração Central; 89.118,00 euros foi o aumento resultante de disposições legais... Estes 89.118,00 resultam de uma actualização da taxa contributiva para a Segurança Social, dos encargos com a ADSE, do aumento do abono de família para crianças e jovens e da aposentação de funcionários...

Desde 2005 que temos vindo a diminuir o valor das horas Extraordinárias... Em 2005, as horas extraordinárias atingiram 275.000,00 euros, em 2006 - 231.000,00 euros, em 2007 - 142.000,00, em 2008 - 136.000,00 euros e em 2009 - 122.000,00 euros... isto é, em 2009, voltámos a reduzir o valor das horas extraordinárias em quase 10,5%...

Em termos de movimentação de Pessoal, no conjunto global das entradas e saídas, em 2005 não entrou ninguém, saiu uma pessoa; em 2006, entraram duas, saíram oito; em 2007 entraram duas, saíram cinco; em 2008 entrou uma, saíram três; em 2009 entraram cinco e saíram cinco...

Estes são indicadores que revelam tranquilidade, saúde... Assim, temos boas razões, e mais algumas, para continuar a ter confiança sustentada no futuro!!!...

Estamos em condições de insistir na ideia de que continuámos, em 2009, a atingir os principais objectivos: promovemos um razoável nível de investimento público; continuámos a insistir numa lógica evolutiva na repartição desse investimento, com uma marca virada para todas aquelas áreas que têm que ver directamente com as Pessoas e com a sua qualidade de vida...

Estamos, assim, em condições de concluir que o Exercício Económico de 2009 permitiu mais um efectivo contributo para que prossigamos o nosso caminho e possamos continuar a afirmar que Soure é um Concelho, cada vez mais, homogéneo e humanizado!!!..."

O Senhor Vice-Presidente Dr. Santos Mota referiu que: “este documento está muito bem elaborado, está perceptível, apresentando uma gestão cuidada e muito rigorosa. Não nos podemos esquecer do contexto socio-económico em que vivemos e ao analisarmos o Quadro Resumo de Execução das Grandes Opções do Plano, poderemos verificar que houve investimento em todas as áreas, todas elas são da maior importância social porque conduzem ao bem-estar e à qualidade de vida da população do nosso Concelho.

No que toca ao Endividamento e às Despesas com Pessoal, estamos muito aquém do que está estipulado por Lei.

***8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Abril de 2010***

Em relação aos Graus de Execução Orçamental e ao Grau de Execução das Grandes Opções do Plano verificamos que também são positivos.

Em suma, após esta análise e explicação detalhada do Senhor Presidente dos Documentos de Prestação de Contas, eles reflectem uma gestão cuidada, rigorosa mas, em simultâneo, ambiciosa.

Felicitar o Senhor Presidente da Câmara pela sua capacidade e conhecimento que, acima de tudo, vai conduzir ao bem-estar da população do nosso Concelho.”

O Senhor Vereador Mário Jorge Nunes referiu que: “os Documentos de Prestação de Contas reflectem, de uma forma transparente e clara, aquilo que foi a actividade da Câmara Municipal durante o ano de 2009.

O Balanço reflecte toda a capacidade patrimonial do Município, embora não seja uma empresa, desenvolve uma actividade que serve as populações, vive das receitas dos seus munícipes e dos seus contribuintes e aplica-as naquilo que é o bem-estar das pessoas.

Nesta análise ao Balanço verificam-se alguns números extraordinários para um ano como foi o de 2009, em termos de uma crise em que o Mundo e o País estiveram envolvidos. Se não fosse essa crise o Município de Soure teria tido um desempenho ainda melhor porque faltaram-nos alguns recursos, por exemplo, a receita de IMT teve uma quebra significativa relativamente ao esperado, mas, ainda assim, o Município conseguiu aumentar o seu património em mais de 2.200.000,00 euros, o que é um valor significativo, tendo em conta que é quase 5% daquilo que já era o seu património acumulado em termos líquidos.

No que toca à dívida à Banca, embora tenha aumentado cerca de 660.000,00 euros, de 2008 para 2009, aquilo que se baixou em termos de dívidas a terceiros a curto prazo, os fornecedores, foi muito superior a isso. O Resultado Líquido do Passivo do Município também baixou. A diminuição da situação passiva do próprio Município, além de dar uma folga financeira aos encargos a curto prazo com os Fornecedores, contribuiu para a introdução de massa financeira no Mercado, na Economia local.

O Passivo que é controlado legalmente não hipoteca as gerações futuras, e portanto, há aqui uma margem de manobra para fazer face aos grandes investimentos, durante o ano de 2010 até 2013, com o aproveitamento do QREN.

Em 2009, foi ano de Eleições, e como dizem alguns especialistas, em anos de Eleições a tendência para terminar obra e para gastar é muito maior, aqui foi ao contrário, o ano de 2009 até está a servir de “almofada” para se gastar nos próximos anos. Este Balanço é a evidência de uma boa gestão financeira e tem repercussões, no dia a dia das populações que usufruem dos serviços da Câmara Municipal.

***8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Abril de 2010***

Demonstração de Resultados - é daqui que são extraídos os principais elementos para o Balanço, daí a importância que tem, em termos de custos e perdas. Em termos de custos, em qualquer das três principais variáveis que são os custos operacionais, os custos financeiros e as perdas extraordinárias, em todos eles houve uma baixa significativa de custos relativamente a 2009. O Município de Soure fez uma repercussão quase na ordem dos 10% em termos de abaixamento nos encargos financeiros. Os custos extraordinários com uma quebra na ordem dos 80.000,00 euros. Com estes resultados, que reflectem de uma forma segura quais são as potencialidades do Município para continuar a realizar investimentos que tragam mais qualidade de vida às pessoas, deixa-me particularmente satisfeito e confiante para o trabalho até ao fim do Mandato.”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “saudar o Senhor Presidente, Dr. João Gouveia, pela gestão saudável e equilibrada e pela forma como explicou pormenorizadamente este documento e, acima de tudo, o carácter pedagógico dessa explicação para que todos possamos entender, uma vez que nem todos somos versados nestas questões económico-financeiras.

Como Vereadora deste Executivo, continuo a sentir o orgulho de sempre por dele fazer parte integrante. Sinto esse orgulho e essa confiança porque, acima de tudo, sei que todas estas despesas feitas, são criteriosas e visam sempre o bem-estar da população do nosso Concelho e a melhoria da qualidade de vida dos nossos Municípios. É por isso, naturalmente de forma confiante, que vou votar favoravelmente estes Documentos pela repercussão positiva que têm na nossa vida e na vida dos nossos Municípios.”

O Senhor Presidente referiu que: “uma coisa é, naturalmente, a defesa que eu possa ter feito da proposta dos Documentos de Prestação de Contas... Estes Documentos de Prestação de Contas, aquilo que traduzem em contas, foi o trabalho de uma vasta equipa que, naturalmente, é coordenada por mim e pelos Senhores Vereadores, designadamente os em Regime de Permanência, é fiscalizada pelos Senhores Deputados Municipais e tem uma envolvimento muito grande da maioria de todos os nossos trabalhadores e a compreensão dos próprios Municípios... O único mérito que me possa ser acrescido é no acompanhamento dado à preparação dos documentos... Agradeço as saudações, mas o que estes Documentos de Prestação de Contas procuram relevar é o trabalho de todos nós...”

A Senhora Vereadora Dra. Sónia Vidal referiu que: “agradecer-lhe a excelente explicação que o Senhor Presidente nos deu e que veio, de facto, permitir que eu

***8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Abril de 2010***

compreendesse algumas situações sobre as quais tinha algumas dúvidas. Quero referir que a posição das Senhoras Vereadoras do P.S.D. vai ser a abstenção, tal como foi na proposta de Plano e Orçamento.”

A Senhora Vereadora Dra. Márcia Travassos referiu que: “queria acrescentar que compete-nos, sem dúvida, agradecer todo o cuidado minucioso que o Dr. João Gouveia teve na explicação do Exercício Económico de 2009, estamos a falar de indicadores que são técnicos e quem não é da área de Economia não consegue, de todo, compreender, à primeira vista, este documento. Acredito que seja um documento que retrate claramente toda a parte económica do Município, não coloco em causa, acredito que seja o “raio x” económico do nosso Concelho mas, por razões políticas, a minha posição vai ser, de facto, a abstenção.”

O Senhor Vereador Américo Nogueira referiu que: “realçar o trabalho desenvolvido pelos Técnicos da Câmara Municipal, na elaboração destes Documentos de Prestação de Contas. Relativamente aos documentos e saudar o Senhor Presidente e toda a equipa porque, mais uma vez, o que está em causa é o bem-estar colectivo e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos do nosso Concelho. Estes Documentos de Prestação de Contas reflectem, precisamente, essa melhoria e não deixam dúvidas que continuamos no caminho certo, naturalmente votarei favoravelmente.”

O Senhor Presidente referiu que: “os Documentos de Prestação de Contas, evidentemente que têm alguma complexidade técnica, mas constituem, claramente, um referencial político!!!... Avaliar num Quadro de Resumo de Execução Orçamental, se há ou não auto-suficiência orçamental é uma questão de natureza política... avaliar se o peso das Despesas de Investimento tem ou não tem significado é uma questão política... avaliar o facto de se ter procurado manter um duplo equilíbrio, quer funcional, promovendo investimento nas diferentes áreas, quer espacial, assegurando investimento em todas as Freguesias do Concelho, é uma questão de natureza política e que está espelhada em cerca de cinquenta e uma páginas descritivas da Actividade Municipal ao longo do ano de 2009, nas diferentes áreas... Percebo que haja dificuldades na parte técnica, mas não deixa de haver aqui, naturalmente, a possibilidade de haver uma apreciação política.

Quando apreciamos os Documentos de Prestação de Contas, no fundo, o que estamos é a verificar se as contas estão bem, mas, acima de tudo, a comparar aquilo que foi feito com aquilo que se previu fazer, quando se aprovou a proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2009... Evidentemente que as

**8.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Abril de 2010**

Senhoras Vereadoras do P.S.D. não participaram nessa votação, portanto, de alguma forma, a apreciação política do documento que resulta da busca do cumprimento de um Plano sobre o qual não se pronunciaram, coloca-as numa situação de não terem como que se pronunciarem de uma forma tão directa... Também não é menos verdade que no passado, não tão remoto quanto isso, às vezes tinha sempre a oportunidade de dizer que compreendia a dificuldade de alguns Vereadores que, tendo-se absterido ou votado contra na Proposta de Plano, quando depois tinham que apreciar os Documentos de Prestação de Contas desse exercício, compreendia que, por melhores que fossem os resultados em termos de execução, por mais certas que estivessem as contas, a incomodidade política de poderem votar favoravelmente umas contas que, no fundo, traduziam que se tinha conseguido fazer aquilo que, ao que parece, os que não tinham votado a favor da proposta de Plano e Orçamento, não teriam querido que fosse feito... não é bem o vosso caso, porque não participaram na votação do Plano e Orçamento, mas de qualquer maneira esta é uma situação de incomodidade... Esta é uma situação que deve fazer com que a oposição reflecta muito bem o que é que vota numa proposta de Plano e Orçamento, porque um ano depois terá que apreciar os Documentos de Prestação de Contas... Se houver uma boa execução, se houver satisfação social, quem não votou a favor do Plano que serviu de base a essa satisfação social, em bom rigor, o que queria era que não tivesse sido feito o que foi feito...

Acima de tudo, penso que estes Documentos de Prestação de Contas não nos devem aliviar, mas devem ser um bom mote para nos empenharmos, se é que tal é possível, com mais confiança ainda no futuro, porque estes são bons resultados, mesmo numa ambiência de escassez de recursos, mesmo numa ambiência social de grande crispação e até de insatisfação popular... Quando um Concelho tem paz social, tem que ter bons Documentos de Prestação de Contas e não é por acaso que nós temos paz social!!!!...”

Deliberado, por maioria, com cinco (5) votos a favor dos Senhores Vereadores Eleitos pelo PS e duas (2) abstenções das Senhoras Vereadoras Eleitas pelo PSD, aprovar os Documentos de Prestação de Contas/2009. -----

Esta proposta irá ser submetida à Assembleia Municipal. -----

Período de Intervenção do Público

Usou da palavra o Município, Senhor Américo Ramos, referindo que: “chamo-me Américo Ramos, resido no Prazo dos Estudantes e já há algum tempo que ando

***8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Abril de 2010***

para colocar esta questão, hoje foi oportuno porque tive que tratar de uns assuntos aqui na Câmara Municipal, abordei os serviços e falei-me nesta reunião. A minha questão tem a ver com as famílias numerosas. Sabemos que, em várias Câmaras deste país e alguns países da União Europeia, há um tratamento diferenciado para as famílias numerosas. A minha questão é esta: na Câmara Municipal de Soure existe a tarifação da água de acordo com o consumo que se tem e depois a mudança de escalão respectivamente. Considero injusto, de certa medida, estar a ser sujeito a essa situação, uma vez que faço parte das famílias numerosas, tenho três filhos e, obviamente, isso obriga-me a consumir mais água. Queria saber da sensibilidade de vossas excelências, no sentido de olhar esta questão e, eventualmente, dar-lhe algum sentimento. De certeza que, no Concelho de Soure, não serei só eu, não sei se já alguém levantou esta questão ou não...”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “sem prejuízo de haver ou não haver concordância ou discordância da parte de cada um de nós para com os considerandos que expendeu, entendo dever dar-lhe nota que a questão que levantou é de relativa pertinência... A Câmara Municipal de Soure tem tido em vigor, e continuará a ter, mesmo depois da aprovação da última alteração tarifária que se apresta para entrar em vigor, das tarifas mais baratas da Região Centro e do País... Com isso, nós, mais do que com palavras, temos tido uma prática política de grande consciência social... A nossa preocupação também tem sido, não obstante esses sinais políticos inequívocos, a de direccionar respostas especiais para situações de natureza excepcional.

O Regulamento Municipal actualmente em vigor já prevê a possibilidade de qualquer família poder solicitar ao Gabinete de Acção Social da Câmara Municipal, em determinadas situações, com determinada caracterização social e económica, a avaliação da possibilidade de poder haver lugar a um conjunto de isenções parciais ou totais... Não adoptámos ainda, em termos tarifários, essa questão das famílias numerosas, sendo que, aquando da aprovação da alteração ao Regime Tarifário, no dia 24 de Março do corrente ano, foi adiantado que iríamos, na próxima revisão do Regulamento, porventura equacionar a possibilidade de, naquilo que já são as isenções de natureza pessoal subjectiva nele previstas, podermos alargá-las, em concreto, à aplicação de um quadro que tenha a ver com a questão do número de membros de uma família... A Câmara Municipal tem predisposição para, numa próxima alteração ao Regulamento, poder equacionar a possibilidade de aprovar uma proposta concreta que trate de forma diferencial as famílias de acordo com o seu número de membros... O número preocupa-nos, mas preocupa-nos muito mais

***8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Abril de 2010***

aquilo que é o rendimento per capita de cada família, porque as famílias que têm carências diagnosticadas e inequivocamente demonstradas é que devem ser prioritariamente objecto de um tratamento diferencial... Mesmo que isso venha a ser contemplado, haverá sempre que conjugar o número de membros da família com aquilo que é o rendimento da mesma... Nesta altura, as situações de excepção apenas atendem ao rendimento da família, ainda não tratam as famílias numerosas de forma dual, é uma situação que poderá vir a ser equacionada no futuro...l
Estamos sensibilizados e iremos avaliar da necessidade e da oportunidade de a considerarmos em termos de proposta, no âmbito de uma próxima revisão ao Regulamento.”